

Acordo mantém rolagem da dívida externa de estados e municípios

por Marcos Magalhães
de Brasília

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), anunciou ontem a conclusão de um amplo acordo político entre o governo e o Congresso Nacional, que permitirá a definição do Orçamento da União para 1989. O Executivo obteve a promessa de aprovação dos vetos do presidente José Sarney ao projeto aprovado pelo Congresso, além do ajuste dos números finais ao corte de 55% imposto pelo Plano Verão. O Legislativo também conseguiu o que queria: manteve a rolagem das dívidas externas dos estados e municípios e as prioridades que estabeleceu para a divisão das verbas públicas.

"A comissão optou pelo entendimento", afirmou o deputado Cid Carvalho. "Consideramos essencial que os poderes sejam harmônicos, e o nosso acordo atendeu ao interesse nacional", avaliou. Para a conclusão do acerto, foram necessárias horas de reuniões entre técnicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) e do Senado Federal.

Os técnicos conseguiram dar forma à vontade política das lideranças dos dois lados de superar o longo impasse em que se havia transformado a primeira tramitação de um orçamento sob as regras impostas pela nova Constituição, que concede amplos poderes ao Congresso.

Por meio de um projeto

de lei que estava pronto para ser enviado ao Legislativo ontem à noite, o governo reconduz ao orçamento NCz\$ 21,5 bilhões que haviam sido vetados anteriormente.

Esses recursos virão através de créditos especiais, autorizados pelo Congresso.

A recomposição do orçamento, segundo técnicos do Senado, obedeceu, em linhas gerais, às prioridades estabelecidas pelos parlamentares durante a apreciação do projeto original do Executivo. São beneficiadas as áreas de Saúde, Educação, Transportes, Agricultura e Ciência e Tecnologia.

O projeto de lei que será submetido ao Congresso prevê a edição de um decreto para promover cortes médios de 55% — de recursos ordinários do Tesouro — em todas as despesas públicas que não incluam o serviço da dívida e a folha de pagamento. Também foi estabelecida, como queriam os parlamentares, a rolagem das dívidas externas estaduais e municipais, que chegou a colocar os governadores do PMDB em confronto com o Palácio do Planalto.

A apreciação dos vetos presidenciais ao projeto de orçamento estava marcada para a noite de ontem. A aprovação era tida como certa, pelo deputado Cid



Cid Carvalho

Carvalho. Ele explicou que, para aprovar os vetos, apenas duas condições são necessárias: presença no Congresso de metade mais um dos parlamentares e voto favorável da maioria simples dos que estiveram em plenário. Para derrubar os vetos, ao contrário, 248 deputados e 38 senadores teriam de comparecer à votação para votar contra o governo. "É muito mais fácil aprovar do que rejeitar", lembra Carvalho.